

A DESISTÊNCIA RECURSAL E OS RECURSOS REPETITIVOS

LUIZ FUX

Ministro do Superior Tribunal de Justiça

O recurso é o instrumento jurídico processual através do qual, a parte ou outrem autorizado por lei pleiteia, voluntariamente, o reexame da decisão, com o fim de modificá-la, cassá-la ou integrá-la. Enquanto há recurso, há possibilidade de modificação da decisão¹.

Ontologicamente, *re cursus* suscita a idéia de um "curso para trás", como que engendrando um retrospecto da causa para ulterior reexame. O órgão encarregado de sua análise realiza um exame pretérito sobre todas as questões suscitadas e discutidas, para o fim de verificar se o juiz, ao decidir, concedeu às mesmas o tratamento jurídico adequado. Essa análise retrooperante permite ao órgão revisor da decisão, à luz do material da controvérsia, observar se agiria assim como o fez seu prolator.

Uma visão imediata do conceito permite-nos concluir que os recursos são instrumentos voluntários; por isso, a parte dispõe da *possibilidade de recorrer* o que caracteriza esta atividade como *ônus processual*² porquanto a impugnação judicial da decisão pressupõe uma "desvantagem para o recorrente"³ e a sua investida no sentido de afastá-

¹ Liebman, a esse respeito, vaticinou: "*La sentenza deve a un certo punto consolidarsi, diventare ferma e fornire una decisione sicura, posta al riparo da ulteriori impugnazioni, la quale, dano certezza al diritto, ponga il fondamento a una durevole pacificazione sociale*", in *Corso di Diritto Processuale Civile*, 1952, p. 206.

² A natureza do ônus de recorrer decorre do fato de a decisão não poder ser modificada senão por pedido da parte. Nesse sentido, Carnelutti, *Istituzioni del Nuovo Processo Civile Italiano*, 1951, vol. II, p. 132, e *Sistema di Diritto Processuale Civile*, 1938, vol. II, pp. 556 e 430, onde afirma que o poder de impugnação "*si combina com l'onere nel senso che, se la parte non ne fa uso, il controllo non puo essere compiuto*".

³ Em todo o recurso está imanente a idéia de prejuízo em face da disintonia entre o que foi pleiteado e o que foi concedido, o que no dizer de Kisch representaria "sucumbência"

la⁴. Sob outro ângulo, abstratamente considerado, isto é, sem levar em conta a situação *in concreto*, o recurso instrumentaliza o *direito de recorrer*, que guarda notáveis similitudes com o *direito de agir*. Assim é que, em ambos, pelo fato de encerrarem postulação, exige-se, previamente, o cumprimento de requisitos formais que, quanto à ação, são denominados de *condições da ação*, ao passo que, em relação aos recursos, denominam-se *requisitos* de admissibilidade.

A "voluntariedade" que marca os recursos distingue-os daquelas causas em função das quais a lei impõe uma dupla aferição jurisdicional antes de torná-las eficazes. Referimo-nos aos casos denominados de *duplo grau obrigatório de jurisdição*.

1. Fundamento dos Recursos (Ratio Essendi)

A decisão judicial, como vimos, apresenta aspectos formais e materiais. O primeiro revela sua *legalidade* e, o segundo, sua *justiça*. Esses planos de análise da decisão encartados no procedimento recursal visam a que o ato judicial seja depurado na sua validade formal e material, posto a experiência comum denotar que o jurisdicionado, em regra, não se contenta com apenas uma aferição da validade da decisão. O cidadão tranquiliza-se ao saber a possibilidade de revisão de sua derrota por um órgão superior composto de membros mais experientes, com competência para derogar a decisão. Por outro lado, pressupõe-se que a previsão de recursos iniba os equívocos judiciais, atuando como freio junto aos julgadores, no sentido de que reapurem os seus conceitos de juridicidade e os empreste à decisão, visando a evitar a reforma do

e para Schonke "gravame", in *Elementos de Derecho Procesal Civil*, 1940, p. 286, e *Derecho Procesal Civil*, 1950, p. 301.

⁴ Nicola Jaeger entrevista no recurso a "titularidade de um interesse na formação de uma nova decisão, exatamente pela negação ao recorrente dos interesses que defendeu em juízo", in *Diritto Processuale Civile*, 1944, pp. 487 e 488.

julgado, com prejuízo para a *boa fama, interna corporis*, do julgador⁵ Pertence à *convicção popular* que a *segunda apreciação da causa é melhor do que a primeira*, porque mais amadurecida. O sistema de recursos vem, assim, ao encontro do anseio popular de justiça e adequação da decisão à realidade dos fatos. Não se trata de um voto de desconfiança frente aos juízes, de desprestígio dos mesmos, tampouco uma ditadura dos tribunais, senão uma necessidade sócio-jurídica de reapuração da jurisdição⁶ da decisão, saciando o sentimento de justiça do jurisdicionado que, malgrado pretenda uma solução rápida, admite esse confronto entre a celeridade e a segurança, optando por esta última, no balanceamento dos interesses em jogo.⁷

Recursos Repetitivos

Um fenômeno moderno da sociedade de massa introjetou no sistema brasileiro de origem romano-germânica a técnica inerente ao sistema anglo-saxônico, inspirado no princípio da isonomia, de aplicar-se o precedente judicial em caráter *erga omnes*. Nas causas que apresentam um interesse comum a uma multiplicidade inidentificável de jurisdicionado.

O processo coletivo brasileiro, que encontra paradigma nas ações transindividuais como soem ser a ação popular, a ação civil pública e etc., e exemplo da adoção dessa novel técnica.

⁵ Reluz, até os dias de hoje, o brilho da lição de Francisco Morato, no sentido de que "o zelo de não ver patenteada a própria ignorância ou negligência desperta a desejo de acertar e forçar os juízes inferiores a maior circunspeção e estudo, tornando a justiça mais segura", *apud* Frederico Marques, *Instituições*, vol. IV, p. 20

⁶ A expressão "reapuração da jurisdição" da decisão é de Seabra Fagundes, na sua clássica obra *Dos Recursos Ordinários em Matéria Civil*, 1946, p. 12.

⁷ Os valores em jogo, na sistemática recursal, foram bem evidenciados por Redenti, para quem o sistema recursal ressoava como ponto de equilíbrio de duas tendências: "*quella di consentire il controllo e il perfezionamento per gradus delle decisioni giudiziali e quella di garantirne ad un certo momento la finale certezza (inesorabilità)*", in *Diritto Processuale Civile*, 1957, vol. II, p. 308.

Destarte, ainda arraigado na tradição romana de que o autor é o *dominus litis*, o legislador brasileiro não eliminou a legitimação individual em detrimento da legitimação difusa deferida aos órgãos intermediários entre o cidadão e o Estado ou ao Ministério Público.

A consequência dessa coexistência de legitimações, é a constatação de ações individuais idênticas quanto ao pedido e a causa de pedir, cujos julgamentos redundam em recursos repetitivos.

É de sabença que acodem aos tribunais superiores inúmeras causas repetitivas e que por força do princípio da isonomia devem receber o mesmo tratamento meritório.

Deveras essas causas decorrentes de megalesões, abarrotam os tribunais brasileiros, colocando-os no patamar de Cortes com o maior número de recursos pendentes de julgamento.⁸

O legislador brasileiro, no afã de exterminar com esse gravoso problema, a luz da novel concepção da duração razoável dos processos e da força da jurisprudência, esta capaz de se uniformizar os resultados judiciais para causas idênticas, cumprindo o postulado da isonomia, fez exsurgir no cenário processual brasileiro os denominados "recursos repetitivos" cuja técnica de julgamento atende a necessidade de eficácia da decisão sob o enfoque transindividual, mercê de imprimir metodologia apta a esvaziar o acervo incalculável dos Tribunais Superiores.

Consoante expresso na exposição de motivos da lei 11.672, de 08.05.2008, em vigor desde 7 de agosto de 2008, verbis:

De acordo com a regulamentação proposta, verificando a multiplicidade de recursos especiais fundados na mesma matéria, o Presidente do Tribunal de origem poderá selecionar um ou mais processos representativos da controvérsia e encaminhá-los ao Superior Tribunal de

⁸ Consultem-se os anais das jornadas Ibero-americanas de Direito Processual de 2006, onde constam Tribunais Superiores que julgaram 50 causas no ano (EUA), 50.000 (Itália) e 264.000 (Brasil).

Justiça, suspendendo os demais recursos idênticos até o pronunciamento definitivo dessa Corte.

10. Sobrevindo a decisão da Corte Superior, serão denegados os recursos que ataquem decisões proferidas no mesmo sentido. Caso a decisão recorrida contrarie o entendimento firmado no Superior Tribunal de Justiça, será dada oportunidade de retratação aos tribunais de origem, devendo ser retomado o trâmite do recurso, caso a decisão recorrida seja mantida.

11. Para assegurar que todos os argumentos sejam levados em conta no julgamento dos recursos selecionados, a presente proposta permite que o relator solicite informações sobre a controvérsia aos tribunais estaduais e admita a manifestação de pessoas, órgãos ou entidades, inclusive daqueles que figurarem como parte nos processos suspensos. Além disso, prevê a oitiva do Ministério Público nas hipóteses em que o processo envolva matéria pertinente às finalidades institucionais daquele órgão.

Outrossim, a lei que acresce o art. 543-C à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 — Código de Processo Civil, estabeleceu o procedimento para o julgamento de recursos repetitivos no âmbito do Superior Tribunal de Justiça nos seguintes termos:

Art. 543-C. Quando houver multiplicidade de recursos com fundamento em idêntica questão de direito, o recurso especial será processado nos termos deste artigo.

§ 1º Caberá ao presidente do tribunal de origem admitir um ou mais recursos representativos da controvérsia, os quais serão encaminhados ao Superior Tribunal de Justiça, ficando suspensos os demais recursos especiais até o pronunciamento definitivo do Superior Tribunal de Justiça.

§ 2º Não adotada a providência descrita no § 1º, o relator no Superior Tribunal de Justiça, ao identificar que sobre a controvérsia já existe jurisprudência dominante ou que a matéria já está afeta ao colegiado, poderá determinar a suspensão, nos tribunais de segunda instância, dos recursos nos quais a controvérsia esteja estabelecida.

§ 3º O relator poderá solicitar informações, a serem prestadas no prazo de quinze dias, aos tribunais federais ou estaduais, a respeito da controvérsia.

§ 4º O relator, conforme dispuser o regimento interno do Superior Tribunal de Justiça e considerando a relevância da matéria, poderá admitir manifestação de pessoas, órgãos ou entidades com interesse na controvérsia.

§ 5º Recebidas as informações e, se for o caso, após cumprido o disposto no § 4º terá vista o Ministério Público, pelo prazo de quinze dias.

§ 6º Transcorrido o prazo para o Ministério Público e remetida cópia do relatório aos demais Ministros, o processo será incluído em pauta na seção ou na Corte Especial, devendo ser julgado com preferência sobre os demais feitos, ressalvados os que envolvam réu preso e os habeas corpus.

§ 7º Publicado o acórdão do Superior Tribunal de Justiça, os recursos especiais sobrestados na origem:

I — terão seguimento denegado na hipótese de o acórdão recorrido coincidir com a orientação do Superior Tribunal de Justiça; ou

II — serão novamente examinados pelo tribunal de origem na hipótese de o acórdão recorrido divergir da orientação do Superior Tribunal de Justiça.

§ 8º Na hipótese do inciso II do § 7º, mantida a decisão divergente pelo tribunal de origem, far-se-á o exame de admissibilidade do recurso especial.

§ 9º O Superior Tribunal de Justiça e os tribunais de segunda instância regulamentarão, no âmbito de suas competências, os procedimentos relativos ao processamento e julgamento do recurso especial nos casos previstos neste artigo." (NR)

Art. 2º Aplica-se esta Lei aos recursos já interpostos por ocasião da sua entrada em vigor.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor noventa dias após a data de sua publicação.

O dispositivo tem duplo efeito, a saber: em primeiro lugar, quanto ao juízo de admissibilidade dos recursos e em segundo lugar referente ao próprio mérito do recurso.

É que julgado o mérito do recurso, significa que a admissibilidade pela repetição em si restou positiva e os recursos sobrestados poderão ter andamento conforme o entendimento firmado, sem prejuízo, como evidente, da análise dos demais requisitos de admissão da irresignação especial.

A repercussão prática do instituto é das mais alvissareiras, revelando nesse primeiro momento um expressivo decréscimo de seguimento dos recursos repetitivos já julgados⁹. Outrossim, uma visão prospectiva induz a um horizonte otimista na medida em que a mensagem do legislador é para que os recursos repetitivos sujeitos ainda a instância *a quo* sejam julgados, no mérito, da mesma forma como o definiu o E. STJ.

Analizando essa proposta de alteração do código quando ainda projeto, tivemos oportunidade de destacar como "direito em expectativa" na obra a Reforma do Processo Civil, Ed Impetus, 2006, págs. 220/222, *verbis*.

*O escopo é a adoção da jurisprudência predominante sem a necessidade da cisão funcional, quando do julgamento através do expediente da uniformização ou do novel instituto da "relevância da questão" previsto no § 1º do art. 555 do CPC, na redação da Lei nº 10.352/01.*¹⁰

⁹ O site do STJ ("<http://www.stj.jus.br>") informa os recursos repetitivos já decididos e os afetados para julgamento.

¹⁰ "Art. 555 – No julgamento de apelação ou de agravo, a decisão será tomada, na câmara ou turma, pelo voto de 3 (três) juízes.

§ 1º Ocorrendo relevante questão de direito, que faça conveniente prevenir ou compor divergência entre câmaras ou turmas do tribunal, poderá o relator propor seja o recurso julgado pelo órgão colegiado que o regimento indicar; reconhecendo o interesse público na assunção de competência, esse órgão colegiado julgará o recurso."

Aplicação Prática do Novel Instituto¹¹

O trâmite de recursos especiais passará a funcionar da seguinte maneira: verificada a grande quantidade de recursos sobre a mesma matéria, o presidente do tribunal de origem (Tribunal de Justiça ou Tribunal Regional Federal) poderá selecionar um ou mais processos referentes ao tema e encaminhar os recursos ao STJ. O julgamento dos demais feitos idênticos fica suspenso até a decisão final da Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça. Após a decisão do Superior Tribunal, os tribunais de origem deverão aplicar o entendimento de imediato. Subirão ao STJ apenas os processos em que a tese contrária à decisão da Corte seja mantida pelo tribunal de origem.

¹¹ "Art. 543-C. Quando houver multiplicidade de recursos com fundamento em idêntica questão de direito, o recurso especial será processado nos termos deste artigo.

§ 1º Caberá ao presidente do tribunal de origem admitir um ou mais recursos representativos da controvérsia, os quais serão encaminhados ao Superior Tribunal de Justiça, ficando suspensos os demais recursos especiais até o pronunciamento definitivo do Superior Tribunal de Justiça.

§ 2º Não adotada a providência descrita no § 1º, o relator no Superior Tribunal de Justiça, ao identificar que sobre a controvérsia já existe jurisprudência dominante ou que a matéria já está afeta ao colegiado, poderá determinar a suspensão, nos tribunais de segunda instância, dos recursos nos quais a controvérsia esteja estabelecida.

§ 3º O relator poderá solicitar informações, a serem prestadas no prazo de quinze dias, aos tribunais federais ou estaduais, a respeito da controvérsia.

§ 4º O relator, conforme dispuser o regimento interno do Superior Tribunal de Justiça e considerando a relevância da matéria, poderá admitir manifestação de pessoas, órgãos ou entidades com interesse na controvérsia.

§ 5º Recebidas as informações e, se for o caso, após cumprido o disposto no § 4º, terá vista o Ministério Público, pelo prazo de quinze dias.

§ 6º Transcorrido o prazo para o Ministério Público e remetida cópia do relatório aos demais Ministros, o processo será incluído em pauta na seção ou na Corte Especial, devendo ser julgado com preferência sobre os demais feitos, ressalvados os que envolvam réu preso e os *habeas corpus*.

§ 7º Publicado o acórdão do Superior Tribunal de Justiça, os recursos especiais sobrestados na origem:

I – terão seguimento denegado na hipótese de o acórdão recorrido coincidir com a orientação do Superior Tribunal de Justiça: ou

II – serão novamente examinados pelo tribunal de origem na hipótese de o acórdão recorrido divergir da orientação do Superior Tribunal de Justiça.

§ 8º Na hipótese do inciso II do § 7º, mantida a decisão divergente pelo tribunal de origem, far-se-á o exame de admissibilidade do recurso especial.

§ 9º O Superior Tribunal de Justiça e os tribunais de segunda instância regulamentarão, no âmbito de suas competências, os procedimentos relativos ao processamento e julgamento do recurso especial nos casos previstos neste artigo." (NR)

Visando assegurar o respeito aos princípios do contraditório e da ampla defesa, ou seja, que os argumentos dos recursos especiais sejam devidamente analisados, a lei prevê a possibilidade de o relator no STJ solicitar informações aos tribunais de origem, além de admitir a manifestação de pessoas, órgãos ou entidades sobre o recurso (*amicus curiae*). O Ministério Público também poderá se manifestar sobre o processo.

A Desistência e o Recurso Repetitivo

O processo civil, como instrumento de realização da justiça material e ramo do direito público sendo certo que suas normas são, em regra, imperativas e a *fortiori* indisponíveis pela vontade das partes.

As exceções a essa assertiva vem encartadas em raras hipóteses como, v.g., o pacto de eleição de foro, a transação como forma de resolução do mérito da lide, a convenção sobre o ônus da prova e etc.

A regra e a imperatividade das normas processuais, na medida em que o processo como instrumento da jurisdição tutela a um só tempo o interesse da parte e o interesse público na pacificação da lide.

As partes, entretanto, no processo, podem praticar atos processuais que consubstanciam negócios jurídicos processuais que influem, por seu turno, na relação pública entre as partes e o Estado-juiz.

Um dos exemplos marcantes é a desistência da ação e do recurso.

Esse último aspecto é o que nos interessa mais de perto. Isto por que consoante assentamos em nosso Curso de Direito Processual Civil, Ed. Forense, 2005, págs 947 e segs. *Outro pressuposto processual*

negativo do direito de recorrer (requisito de admissibilidade) é a inexistência de fatos impeditivos ao exercício da recorribilidade.

A doutrina do tema aponta a desistência, a renúncia, a aceitação da decisão e a transação acerca do objeto litigioso como fatos impeditivos do direito de recorrer, decorrentes da preclusão lógica que esses negócios processuais encerram em confronto com o ônus da impugnação.

A desistência é a revogação da manifestação de recorrer já realizada. A renúncia antecede à manifestação de recorrer e a aceitação da decisão é o conformismo com o conteúdo da decisão, revelado por atos incompatíveis e sem reservas (arts. 501¹², 502¹³ e 503¹⁴ do CPC).

¹² "Art. 501. O recorrente poderá, a qualquer tempo, sem a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso".

"Sem embargo de já iniciado o julgamento e proferido o voto do relator, homologa-se a desistência do recurso" (STJ – 4ª Turma, REsp. nº 63.702-SP, rel. Min. Sálvio de Figueiredo, j. 18.06.1996, v.u., homologaram a desistência, DJU, 26.08.1996 p. 29.688).

"Em geral, a desistência do recurso manifesta-se por petição escrita, conforme o caso, ao órgão perante o qual se o interpôs ou ao relator do Tribunal, mas nada impede que tal se faça, oralmente, na própria sessão de julgamento, ainda que iniciada a votação" (STJ – 3ª Turma, REsp. nº 21.323-3-GO, rel. Min. Waldemar Zveiter, j. 16.06.1992, deram provimento, v.u., DJU, 24.08.1992, p. 12.998).

Embora o CPC não exija expressamente homologação da desistência de recurso (art. 501), e sim da desistência de ação (art. 158, parágrafo único), o RISTF (art. 21, VIII) prevalece sobre o CPC neste ponto e, por isso, a desistência deve ser homologada (STF – 1ª Turma, RE nº 65.538-RJ, rel. Min. Antonio Neder, j. 11.03.1975, homologada a desistência, v.u., DJU, 18.04.1975, p. 2.524). Também era assim no TFR: 2ª Turma, AMS nº 93.018-CE, rel. Min. Gueiros Leite, j. 22.06.1982, homologaram a desistência, v.u., DJU, 28.09.1982, p. 9.597. E o mesmo ocorre no STJ, em que a homologação da desistência cabe ao relator (RISTJ, art. 34, IX). Também no 2º TASP (JTA, 117/427).

Em verdade, a desistência da ação produz efeitos desde logo, independentemente de homologação, nos termos do art. 258 (RJTJESP, 119/271, Lex-JTA, 138/206), mas, vindo aos autos, deve ser homologada.

Produzindo efeitos desde logo, a desistência de recurso não pode ser retratada (Lex-JTA, 148/227, acórdão com dois fundamentos).

"Comunicado, depois do julgamento do recurso especial, o fato anterior da transação acordada entre as partes, com desistência do recurso, são acolhidos os embargos de declaração, com efeito modificativo, para desfazer aquele julgamento e homologar a desistência" (STJ – 4ª Turma, REsp. nº 98.473-RS – EDcl, rel. Min. Ruy Rosado, j. 10.03.1997, acolheram os embargos, v.u., DJU, 14.04.1997, p. 12.750).

Neste caso, a decisão transita em julgado (TFR – 2ª Turma, AC nº 102.206-RS, rel. Min. Costa Lima, v.u., DJU, 05.02.1987, p. 894), não valendo aos litisconsortes do recorrente o disposto no art. 509.

Essas manifestações de disponibilidade quanto ao direito de recorrer independem da aceitação da outra parte, posto que somente recorre quem não triunfa, o que significa dizer que esses atos consolidam antecipadamente a vitória da parte contrária. Diferentemente, na ação, a lei exige o consentimento do réu (art. 267, § 4º, do CPC)¹⁵, porquanto, enquanto pende o processo, perdura a incerteza e não se sabe quem tem razão.

Ainda que o cliente declare expressamente haver desautorizado a interposição de recurso pelo seu advogado, deve ele ser conhecido, desde que não tenha havido desistência regular (RJTJESP, 92/210).

¹³ "Art. 502. A renúncia ao direito de recorrer independe da aceitação da outra parte". "A renúncia validamente manifestada, como fato extintivo do direito de recorrer, torna inadmissível o recurso que porventura interponha o renunciante contra a decisão" (JTJ, 172/136).

Contra, em termos: "Inexiste na sistemática processual vigente a figura da renúncia à pretensão recursal, anterior ao ato judicial passível de impugnação" (RSTJ, 69/351).

¹⁴ "Art. 503. A parte, que aceitar expressa ou tacitamente a sentença ou a decisão, não poderá recorrer.

Parágrafo único. Considera-se aceitação tácita a prática, sem reserva alguma, de um ato incompatível com a vontade de recorrer".

Embora a parte não tenha apelado, seu agravo de instrumento pode e deve ser conhecido, sem necessidade de que apele apenas para reiterá-lo (RJTJESP, 124/356, Lex-JTA, 142/322, 143/29, maioria). Neste sentido: RTJ, 91/320.

Contra: STJ - RT, 661/190, JTJ, 187/129, JTA, 107/359.

"A recorrente, ao cumprir o julgado e postular a extinção da ação, fez desaparecer o interesse processual no recurso, o que impede o seu conhecimento" (STJ - 2ª Turma, REsp. nº 8.843-SP, rel. Min. José de Jesus Filho, j. 28.08.1991, não conheceram, v.u., DJU, 23.09.1991, p. 13.069).

"Ao requerer o arquivamento do feito, uma vez que liquidado o débito, a exequente aceitou tacitamente, sem qualquer reserva, a sentença que acolheu o seu requerimento, julgando extinto o processo. Ao assim proceder, praticou ato incompatível com a vontade de recorrer" (RSTJ, 75/311; citação da p. 313).

¹⁵ Por tratar-se de direito indisponível, não pode ser homologada desistência de ação de investigação de paternidade, formulada pelos autores, absolutamente incapazes, representados pela mãe, se à extinção do processo se opõem o MP e o curador à lide (RTJ, 70/826, RJTJERGS, 172/321). Neste caso, é nula a homologação de desistência em que não interveio o representante do MP (RJTJERGS, 166/275).

"Ação com pluralidade de réus (litisconsortes). A desistência de um dentre eles não implica na extinção do processo, por isso que a decisão que homologa tal desistência há de ser atacada mediante agravo de instrumento e não apelação" (RSTJ, 32/375, maioria).

Anula-se a sentença que homologou desistência de ação sem prévia audiência do réu (TFR - 4ª Turma, AC nº 99.567-RN, rel. Min. Armando Rollemberg, j. 01.04.1987, deram provimento, v.u., DJU, 11.06.1987, p. 11.755; JTA, 104/78).

"O autor que peticiona simplesmente requerendo a 'desistência da ação', sem aludir à transação ou ao reconhecimento do pedido por parte do demandado, sujeita-se, homologada tal desistência, ao pagamento da verba honorária em favor da parte adversa" (STJ - 4ª Turma, REsp. nº 13.021-PE, rel. Min. Athos Carneiro, j. 01.09.1992, não conheceram, v.u., DJU, 21.09.1992, p. 15.695).

A presença de litisconsortes não torna exigível a necessidade de anuência, dos demais uma vez que, sendo "simples" o litisconsórcio, os recursos dos litisconsortes são independentes (art. 509 do CPC) e sendo "unitário", a desistência de um não se estende aos outros.

Esse regime jurídico geral não pode ser aplicado aos recursos repetitivos "após a afetação" dos mesmos ao órgão que se incumbirá de uniformizar o resultado judicial.

É que a técnica dos recursos repetitivos abarca interesse público indisponível pela vontade das partes.

O escopo da novel técnica é atingir uma multiplicidade de demandantes, o que significa o seu espectro transindividual, suficiente por si só para tornar indisponível e impossível de desistência o recurso interposto.

A doutrina do processo coletivo, a que pertencem os recursos repetitivos, assenta que na jurisdição transindividual o próprio Poder Judiciário tem interesse jurisdicional no conhecimento do mérito.

Ademais, o processo coletivo tem a sua principiologia própria que informa a axiologia de seus institutos, suprimindo inclusive lacunas da lei, como recomenda a regra de supra direito do artigo 6º da Lei de Introdução ao Código Civil, bem como o art. 126 do Código de Processo Civil.

O Princípio da Efetividade Processual nas demandas coletivas assume relevo singular, porquanto nessa modalidade de tutela jurisdicional coletiva visa-se numa só relação processual pacificar o maior número de conflitos sociais possíveis, mercê da função preventiva de evitar a proliferação dos mesmos, gerando instabilidade social.¹⁶

¹⁶ In Gregório Assagra de Almeida, Direito Processual Coletivo, Ed. Saraiva, 2003, págs. 616, 622 e 623.

Outrossim, a desistência recursal acaso permitida pode ensejar fraude processual, obstando a que a jurisdição cumpra o seu escopo maior, qual o de pacificar e uniformizar as decisões judiciais para causas idênticas.

A defesa da jurisdição, nesse caso, é imanente aos poderes do juiz ínsitos nos arts. 125 e 129 do Código de Processo Civil, aplicável aos órgãos da instância a quo quando selecionam os recursos representativos da controvérsia, bem como aos relatores dos processos afetados.

Conclusivamente, é forçoso convir que o interesse público que gravita em torno dos recursos repetitivos impede a aplicação literal da regra ínsita no art. 501 do CPC.